



OBSERVA
RONDÔNIA

II Workshop do Observa Rondônia
**Monitoramento Territorial e
Proteção dos Corpos-Território**



II Workshop do Observa Rondônia
**Monitoramento Territorial e
Proteção dos Corpos-Território**

Porto Velho - RO
2024

1. Introdução	1
2. Ementa	2
3. Programação	3
4. Presentes	4
5. Monitoramento territorial: o panorama de incêndios e outras violações em Rondônia	5
a. Diálogos	5
b. Encaminhamentos	9
6. Quem protege a vida dos que dedicam a vida a proteger os territórios?" . 10	
a. Diálogos	10
b. Encaminhamentos	14
7. Agradecimentos	15

1. Introdução

No dia 09 de outubro de 2024 em Porto Velho, Rondônia, aconteceu o II Workshop do Observa Rondônia, com o tema “Monitoramento Territorial e Proteção dos Corpos-Território”. A atividade foi organizada pela Ação Ecológica Guaporé – Ecoporé como atividade do Observatório Socioambiental de Rondônia (Observa Rondônia).

Durante a atividade ocorreram diálogos e exposições quanto à questão socioambiental no estado de Rondônia no que tange os territórios e os corpos que se voltam às questões da luta ambiental e pelos direitos humanos. A ideia da justiça social permeou o encontro, assim como a necessidade de ampliação da organização para a proteção da vida.

Esta síntese registra uma mostra dos diálogos realizados no encontro e pontua a potência e necessidade desses espaços para a promoção e ampliação das ações realizadas pelos sujeitos e organizações no trabalho em prol da floresta em pé, dos direitos respeitados e do equilíbrio ambiental.

2. Ementa

II Workshop do Observa Rondônia:

Monitoramento Territorial e Proteção dos Corpos-Território

EMENTA:

O Observatório Socioambiental de Rondônia, uma rede da sociedade civil voltada para a universalização de informações sobre políticas públicas relacionadas às questões socioambientais do estado de Rondônia, realizará, no dia 09 de outubro de 2024, o seu segundo Workshop, com o tema “Monitoramento Territorial e Proteção dos Corpos-Território”. O evento tem como objetivo avaliar o monitoramento territorial no estado e discutir a necessidade da proteção dos territórios, bem como daqueles que o habitam e representam.

O território é feito no cotidiano, na vivência, na luta e diante de ameaça, é feito no embate. No extremo, a ameaça é à própria vida, frente à qual é necessário resistir. O território se constrói na luta por manter e preservar a vida que se tem.

Portanto, falar em monitoramento e proteção territorial é falar de proteção dos corpos que habitam e fazem uso desses territórios. São extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros povos tradicionais que vêm sofrendo ameaças ou tendo suas vidas arrancadas porque defendem seus territórios, seus saberes, modos de vida e suas comunidades. Ambientalistas, movimentos sociais e servidores públicos somam-se à luta e tornam-se também alvos de ameaças. Assim, lançamos um chamado para discutir “quem protege a vida dos que dedicam a vida a proteger os territórios?”

O corpo-território na Amazônia tem sido alvo: 53% de toda a área desmatada em 2023 foi na Amazônia Legal, sendo que grande parte foi em áreas protegidas e fruto de invasões. Em Rondônia houve 55 ameaças de morte e 5 pessoas foram assassinadas em conflitos pela terra. O monitoramento territorial é uma ferramenta essencial para traçarmos estratégias, avaliarmos o sucesso de medidas de proteção e elaborarmos políticas públicas ou cobrarmos a sua execução.

Sendo assim, convidamos entidades e membros da sociedade civil interessados e preocupados com a defesa dos territórios para discutirmos o monitoramento territorial como ferramenta de luta, bem como difundir o conhecimento e fortalecer a proteção ambiental e dos corpos-territórios.

3. Programação

09/10/2024		
Atividade		Horários
Manhã	Abertura e acolhimento	8h30min
	Apresentação: Monitoramento territorial - o panorama de incêndios e outras violações em Rondônia	9h
	Roda de conversa e avaliação	10h
	Atividade coletiva: registro dos incêndios nos territórios e ações realizadas	11-12h
Tarde	Diálogo: “quem protege a vida dos que dedicam a vida a proteger os territórios?”	14-16h
	Atividade coletiva: como cada território tem pensado a proteção? Possíveis ferramentas e ações	15h
	Encerramento e avaliação do dia	17h30min

4. Presentes

Foram convidadas vinte e duas entidades para participarem do II Workshop do Observa Rondônia, sendo cinco movimentos sociais, dez entidades da sociedade civil organizadas e sete órgãos públicos.

Na atividade, vinte pessoas participaram representando suas organizações. Estiveram presentes oito organizações da sociedade civil, quatro órgãos públicos e um movimento social. Todos atuantes na Amazônia Legal, tanto no estado de Rondônia, como em estados vizinhos ou em todo o Brasil.

Entidades presentes:

- Ação Ecológica Guaporé - Ecoporé
- Associação do Povo Indígena Amondawa - APIA
- Associação do Povo Indígena Jupaú - Jupaú
- Associação Metareilá do Povo Indígena Surui - Metereilá
- Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia - AGIR
- Centro Popular de Formação da Juventude - Vida e Juventude
- Instituto Centro de Vida - ICV
- Kanindé Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM - RO
- UNIR - Universidade Federal de Rondônia - UNIR
- Movimento Juventude Indígena de Rondônia - MJIR

5. Monitoramento territorial: o panorama de incêndios e outras violações em Rondônia

a. Diálogos

Dando início à apresentação, foi realizada uma exposição em torno do objetivo central do Observatório RO. A página de apresentação do site e suas sub páginas foram apresentadas ao coletivo presente, apontando o nascimento do observatório enquanto um grito de socorro das Unidades de Conservação.

O Painel de Dados da Paisagem de Rondônia foi lançado, sendo relevante para o conhecimento da sociedade e possibilitando autoconhecimento e autodefesa dos territórios. O Painel de Dados da Paisagem de Rondônia oferece uma visualização da transformação da paisagem em terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas, assim como uma linha histórica do avanço do desmatamento no estado de Rondônia.

O coletivo presente pode interagir no momento da exposição, possibilitando uma conexão com as realidades vividas pelos indígenas em seus territórios, bem como o cotidiano de trabalho de alguns órgãos presentes. Um dos pontos levantados sobre a atuação das instituições e parte das dificuldades que enfrentam para atuarem dentro de suas deliberações foi em relação à setorização de alguns setores, que acabam por não permear em outras no próprio órgão.

No decorrer do encontro, foi apontada a relevância dos brigadistas e, ao mesmo tempo, a necessidade de assistência técnica e trabalhista para poderem ter uma desenvoltura eficaz, protegendo os territórios, mas com segurança. Um dos pontos essenciais dos brigadistas que podem contribuir para a proteção territorial são as orientações em relação ao fogo para manejo.

Pontua-se que as ações do Governo de Rondônia frente à situação de incêndios no estado só se intensificaram a partir de pressões impostas pelo Ministério Público e pelo Judiciário.

A respeito do combate ao fogo nas unidades de conservação estaduais, informou-se que o Parque Estadual de Guajará-Mirim e a Estação Ecológica Soldado da Borracha foram dois grandes focos de atuação a nível estadual por meio da Operação Temporã. Um limitador apontado é a inexistência de uma brigada de incêndio vinculada institucionalmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM-RO). Assim, as ações de combate ao fogo dependem diretamente do Corpo de Bombeiros e do apoio do PrevFogo.

A efetividade de uma brigada foi vista neste ano com a contratação temporária de brigadistas no mês de agosto e que mesmo em meio ao fogo conseguiu atuar. Assim, discutiu-se a necessidade da institucionalização de uma brigada estadual e

da contratação e formação de brigadistas previamente visto que considerando o cenário atual é necessária mobilização para 2025.

Apesar dos esforços de outras instituições, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a falta de efetivo, equipamentos e custos para apoiar as brigadas fez-se presente no estado.

A questão das brigadas foi a pauta central no diálogo sobre o impacto do uso do fogo no contexto estadual, tanto a nível de estado como federal. O fogo é utilizado como uma ferramenta para descaracterizar o território, portanto existir brigadas de combate é essencial para pensar o enfrentamento ao quadro posto.

No entanto, apesar dos esforços de algumas instituições, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a falta de efetivo, equipamentos e custos para apoiar as brigadas fez-se presente. Outras instituições não contam com capacidade técnica ou autonomia para formarem e manterem brigadas, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

A nível de estado, a situação não é diferente, a inexistência de uma brigada de incêndio vinculada institucionalmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM-RO) é um limitador. Assim, as ações de combate ao fogo dependem diretamente do Corpo de Bombeiros e do apoio do PrevFogo.

Pontua-se que as ações do Governo de Rondônia frente à situação de incêndios no estado só se intensificaram a partir de pressões impostas pelo Ministério Público e pelo Judiciário. Que desencadearam na contratação temporária de brigadistas, mas somente no mês de agosto.

Pouco efetivo de brigadistas e grandes territórios.

Apontou-se que os desafios decorrentes do fogo são ainda maiores, o fogo não entra como pauta principal nas instituições no campo ambiental, mas sim a fiscalização. Além disso, há pouco estímulo às brigadas comunitárias e particulares e uma ausência no estado de brigada aérea.

Notou-se também que este ano ocorreram casos de ameaça à vida daqueles que têm atuado para o combate direto ao fogo. Prática que oferece grande risco à pauta ambiental, caso se associe ao uso criminoso do fogo. Outra prática perigosa à vida dos combatentes foram os casos de invasores que tem causado a reignição de focos em áreas onde o fogo já tinha sido combatido e extinto. A ausência de uma política de manejo do fogo a nível estadual também é limitante. Esta política tem o potencial de incorporar as questões culturais e estimular a adoção de técnicas para o uso do fogo adequadas.

A Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Lei nº 14944/2024) juntamente com a regulamentação e profissionalização dos brigadistas foram apresentadas como caminhos possíveis para o enfrentamento aos problemas decorrentes do uso criminoso do fogo no Brasil, sobretudo na Amazônia.

Rondônia é um estado amazônico

A ausência da percepção que o problema está acontecendo no nosso espaço de vivência foi abordada. Percebe-se a falta a compreensão popular de que Rondônia é um estado amazônico e de que as queimadas estão ocorrendo no nosso estado. Relatou-se que esse ano foi comum falas como “a fumaça está vindo da Bolívia”, “o fogo está em outros estados”, “o fogo ocorre na Amazônia”.

Essa mesma falta de compreensão apresenta a atuação dos Poderes no estado. Há uma falta de sensibilização do Judiciário às causas ambientais para exigir do Governo o cumprimento da legislação, mas também do próprio poder ao flexibilizar as penas de cometores de crimes ambientais.

Não distante, as ações do Legislativo rondoniense já se provaram desalinhadas com as causas ambientais, sobretudo nas constantes tentativas de flexibilização e alteração de limites de unidades de conservação, como pode-se perceber com a Lei nº 1.089 de 20 de maio de 2021, que alterou os limites da Resex Jaci Paraná e do Parque Estadual de Guajará- Mirim. Este mesmo poder tem a capacidade de propor instrumentos e a elaboração de políticas que confluem para a promoção do equilíbrio ambiental e da justiça social valorizando as potencialidades culturais e econômicas de Rondônia, porém verifica-se que tem sido feito o contrário.

O fogo nas Terras Indígenas

Além do descolamento da população rondoniense de uma percepção de pertencente à Amazônia, os presentes relataram que a população não se comove com os impactos do fogo e acaba por apoiar agendas ambientalmente danosas.

Artimanhas dos integrantes dessa agenda foram discutidas, sendo que uma prática percebida em territórios que sofrem com invasões e grilagem foi o uso criminoso do fogo logo após ações de fiscalização. Para lidar com essa prática torna-se necessário a elaboração de novas estratégias visando a desarticulação das redes de comunicação e ação dos criminosos.

Impactos aos serviços ambientais

A ligação entre a manutenção das florestas e dos territórios aos serviços ambientais também foi um dos pontos abordados, sobretudo a necessidade de revelar essa ligação e calcular os impactos econômicos e sociais decorrentes.

A estreita ligação entre a floresta e alguns serviços ambientais já são conhecidas e claras para a população, sobretudo os ligados aos bens ambientais, como água. Porém outros requerem uma maior difusão como os serviços culturais, que ao se tratar de território tornam-se correlatos. Os serviços de regulação são outros muito vividos, porém não correlacionados, por exemplo é necessário o reforço do papel das florestas para a regulação de doenças, de inundações e climática.

A indicação do cálculo dos impactos sociais e econômicos decorrentes diretos e indiretamente das violações às florestas poderia materializar em outra forma de demonstrar a correlação discutida. O cálculo das perdas em serviços

ecossistêmicos, de circulação comercial, à saúde e educação ao estado pode demonstrar o impacto à arrecadação, servindo de incentivo para a produção de planejamento estratégico e de políticas públicas voltadas à mitigação e prevenção dos impactos e valorização dos serviços ecossistêmicos.

b. Encaminhamentos

- Implementação de uma Brigada Estadual em Rondônia.
- Execução da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) em níveis estaduais e municipais.
- Valorização e profissionalização dos brigadistas.
- Agenda preventiva:
 - Monitoramento e acompanhamento;
 - Contratação prévia de equipe, principalmente brigadistas;
 - Treinamento prévio;
 - Adoção de técnicas de Manejo Integrado do Fogo (MIF), principalmente com queimas prescritas e limpezas de aceiro;
 - Ampliação dos efetivos;
 - Ações de Educação Ambiental.
- Trabalho tripartite com criação de Protocolos para denúncias e ações públicas.
- Necessidade de integração interinstitucional com a criação de uma Sala de Situação Interinstitucional e com transparência e autonomia para decisões.
- Legislativo alinhado às causas ambientais.
- Necessidade da criação de uma vara no Judiciário voltada às pautas ambientais.
- Sistematização das perdas provenientes e ligadas ao estado ambiental em Rondônia:
 - Serviços ambientais;
 - Circulação comercial;
 - Saúde e educação;
 - Isolamento de comunidades;
 - Impacto na fauna.

6. Quem protege a vida dos que dedicam a vida a proteger os territórios?”

a. Diálogos

Na segunda parte do evento foi realizada uma amostragem de dados de conflitos no campo captados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os dados debatidos são da publicação Conflitos no campo Brasil 2023 e demonstram a **violência no campo socioambiental na Amazônia**, sobretudo no estado de Rondônia.

Os dados apresentados reforçam a constatação de que os territórios, que deveriam ser devidamente protegidos no Estado de Rondônia, têm sofrido diversas violações de direitos. Essa situação é particularmente preocupante no contexto atual, onde povos indígenas enfrentam ameaças constantes, tanto em relação à integridade de seus territórios quanto à preservação de suas próprias vidas. Em resposta a essas ameaças, muitos indígenas têm desenvolvido estratégias de defesa territorial, criando práticas de resistência que visam a proteção de suas terras e culturas.

Posterior a apresentação dos dados extraídos junto à CPT, ocorreu o diálogo coletivo entre os presentes no evento. Neste momento, houve o apontamento da necessidade de oficinas voltadas para a capacitação dos territórios, no sentido de fornecer ferramentas e conhecimentos para a fundamentação de denúncias e facilitar o acesso aos órgãos responsáveis pela defesa de direitos. Em eventos dessa natureza, as comunidades podem compreender sobre os procedimentos adequados para a coleta de evidências, elaboração de documentos e apresentação de queixas formais.

Discutiu-se a necessidade de apresentar o funcionamento e o modo de acessar instituições como o Ministério Público, SEDAM, IBAMA. Essa capacitação é essencial para que as comunidades em vulnerabilidade possam denunciar violações de maneira mais eficaz e garantir o cumprimento de seus direitos, fortalecendo suas defesas legais e institucionais.

Da mesma forma, dialogou-se sobre a necessidade dos próprios órgãos pensarem as práticas de devolução para a população para que seja acessível. Reconhecendo que hoje há um tempo da demanda e um tempo do processo e que ambos são largamente diferentes, torna-se fundamental os órgãos implementar ações voltadas à celeridade, visando o atendimento às demandas em tempo hábil.

Rede de proteção ativa em territórios tradicionais

Um dos elementos apresentados enquanto necessário e urgente é a criação de uma rede denunciante com caráter impessoal que proporcione um espaço seguro e eficiente para a captação de denúncias de violações de direitos. Apontou-se esse perfil de rede como crucial para que pessoas que testemunham ou vivenciam abusos em seus territórios relatem as situações sem medo de represálias, ou

exposição. Dessa maneira, a rede não apenas protege os denunciantes, mas também contribui para o fortalecimento da justiça e da defesa dos direitos humanos.

Estratégias de diálogo dentro das comunidades

“Como conversar com os meus sobre a proteção do nosso território?” foi uma das questões motivadoras do diálogo. Ela surge da identificação de um perigo que vem por dentro dos grupos, o aliciamento de pessoas do território.

Pensar na proteção dos territórios é pensar na proteção cultural, dos marcos de vida da comunidade e nos fatores de identificação do grupo. Lidar com as influências que se capilarizam nos territórios não é uma tarefa fácil.

Burocratização dos processos e desdobramentos em Terras Indígenas

A desburocratização dos processos no Ministério Público (MP) é uma necessidade urgente para garantir maior acessibilidade à justiça, especialmente para comunidades que vêm sofrendo com ameaças e pressões em seus territórios, tornando acessível aos povos indígenas as recomendações que a Instituição MPF orienta para que os direitos sejam garantidos. Atualmente, a lentidão e a complexidade dos trâmites processuais dificultam o acesso de muitos cidadãos, gerando atrasos que podem comprometer a efetividade das decisões, um dos pontos relatados no evento girou em função da falta de servidores suficientes para dar encaminhamentos às demandas protocoladas. É fundamental que o MP implemente mecanismos que aceleram os processos, de modo a alinhar o tempo de resposta às demandas urgentes da sociedade. A morosidade judicial, muitas vezes, não corresponde à gravidade e à urgência das questões tratadas, como em casos de violações de direitos humanos e territoriais. Assim, a simplificação dos procedimentos e o uso de tecnologias para otimizar a tramitação são essenciais para garantir que a justiça seja não apenas acessível, mas também rápida e eficaz.

Monitoramento e proteção territorial em defesa dos territórios

O fortalecimento das práticas dos povos indígenas que atuam no monitoramento e proteção territorial é essencial para a preservação dos territórios e a defesa dos direitos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas. Esses povos desempenham um papel crucial ao vigiar e denunciar invasões, desmatamentos ilegais e outras ameaças ambientais, muitas vezes colocando suas próprias vidas em risco.

Para contribuir na continuidade do trabalho de forma eficaz e segura, é necessário investir em capacitações, fornecimento de equipamentos adequados e suporte logístico, a partir das demandas advindas do próprio povo. É fundamental fortalecer redes de apoio entre comunidades e organizações que atuam na defesa territorial, promovendo a troca de informações e estratégias de proteção. O reconhecimento

e a valorização desses atores locais contribuem não apenas para a defesa de seus territórios, mas também para a preservação ambiental e cultural dessas áreas.

Assim, discutiu-se a proposta e programas que apresentam os territórios as comunidades do entorno, nos quais a legislação que reconhece os direitos territoriais é exposta.

Outro obstáculo para a reafirmação de direitos é a alienação política que agrega camadas de preconceito, ilegalidade e violência. Este obstáculo é alimentado a partir de projetos que fomentam as invasões, descredibilização das pessoas e o preconceito, um bom exemplo é o Marco Temporal. Projeto de lei que impulsiona as invasões aos territórios a partir da criação de um imbróglio e de insegurança jurídica.

Papel de agentes externos aos territórios

Cabe aos agentes externos articular-se aos movimentos territoriais, sobretudo em momentos em que o poder público é causador ou complacente com a violência. Neste diálogo foram retomados temas anteriores, vinculados à discussão do monitoramento.

Desta forma, além de viabilizar a qualificação dos servidores ambientais, é fundamental para o exercício de seus trabalhos a garantia de condições materiais, mas também por meio de segurança do trabalho, adicional de periculosidade amplo e seguro de vida.

Proteção das comunidades, lideranças e defensores

A execução do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas - PPDDH foi exposta como uma política pública basilar para se pensar a proteção dos que protegem os territórios. O PPDDH tem o objetivo oferecer proteção às defensoras e aos defensores de direitos humanos, ambientalistas, comunicadoras e comunicadores que estejam em situação de risco, vulnerabilidade ou sofrendo ameaças em decorrência de sua atuação em defesa desses direitos. Atualmente há uma equipe regional executora do PPDDH em Rondônia.

A partir das ações do projeto discutiu-se a possibilidade de realizar formações de proteção individuais e coletivas. De forma semelhante a possibilidade de elaborar estratégias de atuação e contato com órgãos e instituições que podem colaborar.

O PPDDH é fruto de esforço da sociedade civil organizada, é executado por convênio com instituições que a representam e não somente pelas representantes do Estado, uma vez que se entende que o próprio pode ser o vetor de opressões e violações em algumas situações. Assim, a sociedade civil atua como contrapeso a essa ação.

Articulação dos corpos-territórios e resistência

Um dos pontos ressaltados no diálogo girou em função da necessidade de criação de mais espaços para a discussão sobre a proteção dos corpos-territórios, sendo fundamental para fortalecer a resistência das comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais que têm suas vidas e identidades profundamente ligadas à terra que habitam.

O território não é individual, é coletivo. O trabalho e a força da militância e resistência são nutridos pelo território. Desta forma, os corpos-territórios reconhecem a interdependência entre a integridade física e cultural desses atores e a preservação de seus territórios. Dessa forma, estabelecer esses espaços de diálogo possibilita o debate sobre estratégias de defesa, visibiliza as ameaças que enfrentam, e promove a troca de experiências entre diferentes grupos. Assim, criar e fortalecer esses espaços de discussão entre os indígenas e demais setores sociais é essencial para garantir a proteção integral dos territórios e das culturas que neles vivem, promovendo justiça social e ambiental.

b. Encaminhamentos

- Oficina para capacitar os territórios para fundamentação de denúncias e acessos aos órgãos.
- Rede denunciante e de captação de denúncias com caráter impessoal.
- Formação de LAI (Lei de Acesso à Informação) a partir do Observa Rondônia.
- Comunicação entre as redes para tornar o PPDDH mais conhecido entre as comunidades.
- Necessidade de garantir que as lideranças possam continuar atuando.
- Segurança para a realização dos trabalhos dos servidores ambientais:
- Segurança do trabalho;
- Materiais;
- Valorização.
- Agenda de formações de proteção individual e coletivas.
- Ampliação do GT de Monitoramento.
- Necessidade do MP desburocratizar os processos pensando na acessibilidade e implementar maneiras para dar celeridade nos processos, pensando que o tempo dos processos não se adequa ao tempo das demandas.
- Fortalecer os comunitários que realizam monitoramento e proteção territorial.
- Estabelecer mais espaços para discussão da proteção dos corpos-territórios.

7. Agradecimentos

O Observatório Socioambiental de Rondônia agradece aos povos, instituições e organizações que se envolveram com o evento, o “II Workshop do Observa Rondônia: Monitoramento Territorial e Proteção dos Corpos- Território”, em especial à AGIR, APIA, IBAMA-RO, ICMBIO, UNIR, ICV, JUPAÚ, KANINDÉ, Metareilá, MJIR, SEDAM/CUC, VIDA E JUVENTUDE (PPDH/MDHC), que se fizeram presentes e contribuíram para as construções pontuadas neste relatório.

A contribuição de todas e todos os presentes foi valiosa, possibilitando uma reflexão coletiva em torno da proteção territorial e dos corpos que neles habitam e dão vida a esses territórios. As reflexões apontaram a realidade de violações e possibilidades de redes protetivas dentro da atual conjuntura social que desmantela os territórios, principalmente com a práxis do desmatamento e queimadas. As redes de proteção podem contribuir para uma atenuação das práticas devastadoras que vêm ocorrendo em Rondônia.

A participação dos povos, instituições e organizações presentes foi fundamental para que redes de proteção sejam discutidas e colocadas em prática. Estamos à disposição para trabalharmos coletivamente em ações que fortaleçam os territórios onde residem os povos tradicionais, extrativistas, quilombolas e ribeirinhos. Apontamos o site do Observa Rondônia (<https://observaro.org.br/#>) enquanto espaço coletivo para publicitação de temas que evidencie as violações ocorridas junto aos territórios e seus povos.

Enfim, o nosso obrigado ao comprometimento e envolvimento de todos com os apontamentos de temas e conflitos socioambientais, que envolvem os coletivos. Dessa forma, agradecemos muitíssimo o tempo que todos os presentes disponibilizaram para a participação no evento, bem como os encaminhamentos que proporcionaram.

